

**EDcl na RECLAMAÇÃO Nº 39.616 - RJ (2020/0014111-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE** : RECAUCHUTADORA RENOVE DE CAMPOS EIRELI  
**ADVOGADO** : ANTHONY GONÇALVES - RJ150122  
**EMBARGADO** : ZL3 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA  
**ADVOGADOS** : ANA CHRISTINA SANTOS SILVA - RJ125227  
ANA PAULA DE LIMA CORREA DIEGUEZ - RJ163517  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENSÃO MERAMENTE INFRINGENCIAL. RECONHECIMENTO. DESCABIMENTO. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Recauchutadora Renove de Campos - Eireli em contrariedade à decisão que indeferiu liminarmente a reclamação, nos termos da seguinte ementa:

RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STJ. NÃO OCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO, *IN LIMINE*. PEDIDO DE BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA, FEITO POR OCASIÃO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. INDEFERIMENTO, PELA PRESIDÊNCIA DA CORTE ESTADUAL, DETERMINANDO QUE A PARTE RECORRENTE APRESENTE O PREPARO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE DESERÇÃO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, DENOMINADO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL, NÃO CONHECIDO NA ORIGEM. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA QUE SE INSERE NA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM, AO RECEBER O RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE DECISÃO, POR ORA, QUE NÃO ADMITA O RECURSO ESPECIAL, A AUTORIZAR O MANEJO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE DE JUSTIÇA. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA LIMINARMENTE.

Em suas razões recursais, Recauchutadora Renove de Campos - Eireli sustenta, em suma, que a decisão embargada reveste-se de contradição, pois reconhece a competência do STJ para conhecer do agravo, o que, enseja, em sua compreensão, competência para conhecer da presente reclamação justamente para destrancar o agravo

não conhecido na origem.

A parte adversa apresentou impugnação às fls. 55-58 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

O *decisum* embargado não guarda, em si, nenhuma incongruência.

Segundo a embargante, a contradição estaria no fato de que a decisão embargada, ao reconhecer a competência do STJ para conhecer do agravo em recurso especial, ensejaria a compreensão de ser cabível a reclamação para "destrancar" o agravo não conhecido pela Vice-Presidência do Tribunal de origem.

O argumento é meramente retórico e, como tal, não procede.

Conforme acentuado no julgado ora impugnado, a Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no pleno exercício de sua competência, indeferiu o pedido de gratuidade de justiça e determinou que a parte recorrente providenciasse o preparo no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção (e-STJ, fl. 23).

Consignou-se que, nessa oportunidade, a Corte estadual não procedeu ao juízo de admissibilidade do recurso especial.

**A esse propósito, destacou-se que, nos termos do art. 1.042 do CPC/2015, o agravo em recurso especial é o recurso cabível contra a decisão, proferida pela Presidência da Corte de origem, que não admite o recurso especial.**

Constatou-se, assim, ressaír absolutamente claro que a decisão do TJRJ, que indefere o pedido de gratuidade de justiça efetuado por ocasião da interposição do recurso especial, não se confunde com a decisão que inadmite a aludida insurgência recursal a qual comporta, efetivamente, a interposição de agravo, a ser julgado por esta Corte de Justiça.

Verificou-se, *in casu*, que, em contrariedade à decisão que indeferiu o pedido de gratuidade da justiça, a parte interpôs recurso por ela denominado de "agravo em recurso especial", o qual, em virtude de seu absoluto descabimento — conforme preconiza o princípio da taxatividade recursal — não foi conhecido pelo Tribunal estadual.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Concluiu-se, portanto, que a reclamação em comento não se presta a infirmar decisão proferida no âmbito regular da competência do Tribunal de origem, que indeferiu o pedido de gratuidade de justiça e, posteriormente, não conheceu de insurgência recursal manifestamente descabida. Com essa orientação, em caso similar ao presente, destacou-se a Rcl 36.234/RJ, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Dje 5/9/2018.

Assinalou-se, por fim, que, caso o recurso especial venha a não ser admitido pela Corte estadual, por qualquer que seja o fundamento adotado, inclusive por deserção, a parte sucumbente poderá, por meio do agravo em recurso especial, veicular as razões de seu inconformismo, sobretudo acerca de seu alegado direito de fazer jus à benesse da gratuidade de justiça, a ser examinado, aí sim, por esta Corte de Justiça.

Como se constata, a decisão impugnada não guarda, em si, nenhuma contradição, ao reconhecer a competência do STJ para conhecer de agravo interposto contra a decisão que não admite o recurso especial, circunstância não verificada na hipótese. A decisão que indefere o pedido de gratuidade de justiça na origem, conferindo prazo à parte para perfazer o preparo, não é impugnável por agravo previsto no art. 1.042 do CPC, tampouco a reclamação é a via processual adequada a infirmar a decisão que, na origem, não conhece do agravo erroneamente interposto.

De toda insubsistente, assim, a alegação de vício de julgamento que ora se apresenta, sendo certo que a pretensão meramente infringencial, tal como ora se apresenta, desborda por completo do perfil integrativo dos aclaratórios.

Em arremate, na esteira dos fundamentos acima delineados, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator